

FICHA DO CONTRADITÓRIO
AValiação DO PIC DA GUINÉ-BISSAU 2008-2010

Janeiro de 2011

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO			
<p>1. Apesar de alguns progressos, o IPAD deve continuar a envidar esforços no sentido da programação plurianual, com uma visão de médio prazo e uma maior clarificação das prioridades. Esta visão de médio prazo, exigível na programação plurianual, foi, de alguma maneira, implementada no IPAD com a Guiné-Bissau, com a linha extraordinária de financiamento das ONGD, em 2006, com resultados positivos, confirmados pelos parceiros, desde logo, pela previsibilidade que esta introduziu.</p>	IPAD/DSP	Aceite	O PIC 2011-2013 foi elaborado com programação plurianual
<p>2. Na programação do PIC, as previsões financeiras devem, sempre que possível, ser distribuídas por áreas de intervenção e ser dadas a conhecer claramente à Guiné-Bissau.</p>	IPAD/DSP	Aceite	Ao PIC 2011-2013 as previsões financeiras estão distribuídas por áreas de intervenção
<p>3. A programação deve ter em atenção a identificação de um conjunto de indicadores que ajudem a um acompanhamento mais efectivo da implementação do PIC. Este esforço tem vindo a ser feito mas necessita de alguma orientação no sentido de serem, em alguns casos, mais</p>	IPAD/DSP	Aceite	O PIC 2011-2013 inclui matriz com indicadores de resultados

¹ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

² Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

³ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹	ACEITE OU REJEITADA²	EXPLICAÇÃO³
centrados e noutros tendo a preocupação da existência da informação necessária para os medir. Convém, mais uma vez, referir que o número de indicadores deve ser o menor possível desde que permita medir o objectivo e, em algumas situações, ter em atenção a sua formulação.			
4. O documento PIC, durante a fase de programação, deve ser sujeito a uma consulta o mais alargada possível pelos parceiros, incluindo na Guiné-Bissau.	IPAD/DSP	Aceite	Durante a fase de elaboração, o PIC 2011-2013 recebeu e incorporou contributos dos Ministérios Sectoriais e das autoridades guineenses.
5. A <i>Visão Estratégica</i> aponta para a criação de <i>clusters</i> . Isto implica alguma alteração na forma de programar a ajuda portuguesa. No caso da Guiné-Bissau, poderia ser pertinente identificar um <i>cluster</i> geográfico. A forma/modelo de intervenção da Cooperação Portuguesa no arquipélago dos Bijagós poderia ser uma base de reflexão para esta questão. Abrangendo desde a alfabetização, passando pela educação (formação de professores), incluindo a gestão sustentável dos recursos comunitários, numa tentativa de melhorar as condições de vida das populações locais. Esta intervenção teve bons resultados, conseguindo efectivamente que as populações locais melhorassem as suas condições de vida.	IPAD/DSP	Rejeitada	Foi decidido que o PIC 2011-2013 não incluiria um <i>Cluster</i>
	IPAD/CGI	Aceite	A intervenção da CP na região de Bafatá de alguma forma “desenha” um cluster geográfico. Ou seja, mantemos aqui intervenções de coop. institucional nas áreas da Educação (Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário), Saúde (Hospital de Bafatá em parceria com FNUAP) e Agricultura (PAIPA e Valorização da Apicultura), para além de diversos Projectos DASC de desenvolvimento sócio-comunitário. É mais eficiente do ponto de vista das vias de acesso e poderá ser mais relevante para o desenvolvimento económico do país.



IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL⁴	ACEITE OU REJEITADA⁵	EXPLICAÇÃO⁶
IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO			
6. Aquando da concepção das intervenções na área da capacitação institucional e nomeadamente nas acções de formação, estas devem ser complementadas com acções de assistência técnica. Nestas acções também se deve ter em atenção as questões relacionadas com os equipamentos e materiais necessários para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos com a formação.	IPAD/CG I	Aceite	Os Programas e Projectos integram, em regra, actividades de assistência técnica orientadas para o desenvolvimento de capacidades a par de actividades de formação. Nos últimos três anos as instituições foram, igualmente dotadas, de equipamentos de suporte às suas funções e ao reforço de competências individuais. V.g. MEN, com os projectos PASEGII e Djunta Mon; MJ, com Programa Justiça; e MI, com a CTP.
	Instituto Camões	Aceite	Continuar a desenvolver as actividades previstas no PA dos Centro de Língua e do Centro Cultural do Instituto Camões. É exemplo disso o apoio prestado ao nível dos recursos logísticos, financeiros e humanos
	MAI/DGAI		O objectivo da cooperação técnico-policial assenta duas actividades fundamentais: Actividade de Formação, numa perspectiva de formação inicial, reciclagem e especialização, e, Actividade de Assessoria Técnica, como factor determinante para influenciar modelos organizacionais e funcionais. Por outro lado, aquando a concepção dos projectos é sempre considerado a aquisição de fardamento, equipamento e manuais para distribuição a todos os formandos que têm aproveitamento nas acções de formação.

⁴ Serviço ao qual se destina a recomendação

⁵ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

⁶ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL⁴	ACEITE OU REJEITADA⁵	EXPLICAÇÃO⁶
7. Nas intervenções mais estruturantes deveria haver a preocupação de aliar acções de assistência técnica e assessoria aos Ministérios Guineenses respectivos.	IPAD/CG I Ministérios sectoriais	Aceite	Idem. O PASEG, por exemplo, mantém sete áreas de assistência técnica/ assessoria ao MEN e estruturas descentralizadas, cada uma com um responsável designado, que implementam prioridades de reforma da Carta de Política Educativa. Justiça/PJ e CTP também, orientadas, neste caso, para implementar prioridades comuns ao DERMS e Plano Operacional UNODC.
	Instituto Camões	Aceite	Continuar o trabalho de acompanhamento e apoio ao Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, relativo à formação pedagógica dos professores de português do ensino básico e secundário.
	MAI/DGAI	Aceite	Os Projectos Técnico-políciais incluem uma forte componente de Assessoria e Assistência técnica ao Ministério do Interior e Forças de Segurança sob a sua tutela, através da implementação de um conjunto de actividades que visam alcançar uma meta global de melhoria da capacidade institucional e capacidade de prevenção e de reacção das autoridades da Guiné-Bissau.
8. Constatou-se que a Embaixada tem vindo a evoluir positivamente relativamente ao acompanhamento no terreno, promovendo a necessária coordenação. No sentido de aprofundar este acompanhamento sugere-se que a Embaixada se organize de forma a poder visitar todas as intervenções e a promover encontros com alguma regularidade.	Embaixada de Portugal em Bissau		

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL⁴	ACEITE OU REJEITADA⁵	EXPLICAÇÃO⁶
9. No que diz respeito ao acompanhamento no IPAD, que tem tido uma evolução positiva, sugerem-se ainda assim algumas melhorias relacionadas com: <ul style="list-style-type: none">• As fichas de concepção do projecto e do acompanhamento estarem bem identificadas, datadas e os montantes financeiros das intervenções estarem bem referenciados no tempo;• A organização dos programas na intranet deve ser feita com uma lógica que permita a sua localização rápida;• A DCG/DSP deve elaborar, actualizar regularmente e disponibilizar ficha país, incluindo no site, que contenha toda a informação pertinente sobre a Guiné-Bissau, com indicadores relativos à situação social e económica do país e a listagem dos projectos em execução.	IPAD/CG I	Aceite	Fichas de Projecto e Relatórios de acompanhamento GB encontram-se nas pastas partilhadas respectivas. Actualização e selecção da informação pertinente, contudo, poderão ser prejudicadas pelo modelo actual de FP, que não permite resposta eficiente a todos os pedidos de pontos de situação e diversos formatos em que é necessário processar a informação.
	IPAD/DSP		Os conteúdos disponíveis no <i>site</i> são os considerados pertinentes. A ficha país disponível nas “áreas de partilha” é actualizada sempre que é possível obter novos dados. Dada a escassez de estatísticas do país, o suporte utilizado é o que apresenta os dados mais recentes.
10. O processo de candidatura dos projectos à Linha de Financiamento da Sociedade Civil deve ser repensado. Nos casos em que os projectos devam ter uma abordagem plurianual, não a tendo por não ser possível, não devia ser necessário as organizações repetirem no segundo ano todo o processo quando o projecto é a continuação do ano anterior. Segundo a DASC, o enquadramento normativo de apoio às ONGD foi alterado em 2009, no sentido de tornar claro os procedimentos a seguir pelas organizações nos casos de projectos plurianuais, ficando assim, em princípio, aquela questão resolvida.	IPAD/CGII/DASC	Rejeitada	Assume-se que a proposta de repensar a Linha de Financiamento se refira à questão da plurianualidade. Assim sendo, a presente questão está ultrapassada (como referido na própria recomendação), sendo que a interpretação do IPAD era diferente daquela que vem relatada.



IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL⁴	ACEITE OU REJEITADA⁵	EXPLICAÇÃO⁶
<p>11. Todo o processo de candidatura e análise das intervenções das ONGD é realizado de forma tecnicamente correcta, podendo, mesmo, servir de modelo para a análise e acompanhamento das intervenções da Cooperação portuguesa. No entanto, em alguns casos, constatou-se que alguma da argumentação apresentada aquando da apreciação das candidaturas não é completamente clara, isto é, perceptível e sem suscitar quaisquer dúvidas aos proponentes e a todos aqueles que venham a necessitar de consultar esses processos de candidatura. Assim, sugere-se um maior aprofundamento na análise das candidaturas, nomeadamente na sua fundamentação, tentando clarificar alguma da linguagem utilizada e referenciar, sempre que possível, o suporte documental dessa mesma fundamentação. Além disso, a publicação da lista dos projectos co-financiados deve estar sempre disponível e actualizada no site do IPAD. Prevê-se a resolução desta questão com a implementação do novo sistema de gestão documental do Instituto.</p>	IPAD/CGII/DASC	Rejeitada	<p>Considera-se que a análise efectuada tem a profundidade necessária, sendo que já vai além dos recursos disponíveis para a sua realização.</p> <p>Considera-se também que a linguagem utilizada permite aos proponentes perceber a fundamentação. No entanto, será tomado em conta a observação efectuada, no reconhecimento que existe sempre margem de melhoria.</p> <p>Relativamente à lista dos apoios concedidos, não é uma questão que se coloque à DASC, pois esta envia a informação necessária para o site e espera que esta lá permaneça. Acresce que os resultados são comunicados à Plataforma por escrito e são publicados em DR.</p>

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL⁷	ACEITE OU REJEITADA⁸	EXPLICAÇÃO⁹
COORDENAÇÃO / ARTICULAÇÃO			
12. Embora com melhorias notáveis, a Embaixada de Portugal em Bissau deve continuar a promover a articulação entre as várias intervenções da Cooperação Portuguesa com especial incidência na área da Educação e das ONGD. Esta última área será provavelmente a que tem sido mais descurada.	Embaixada de Portugal em Bissau		
13. O IPAD deve promover uma articulação mais estreita e regular entre os parceiros portugueses.	IPAD/DSP		
	IPAD/CGI	Aceite	O esforço de coordenação tem sido intensificado. A coordenação estreita de parceiros no sector da Educação e o Plano de Acção Segurança e Desenvolvimento para a Guiné-Bissau são resultados desse trabalho.
14. A Direcção do IPAD deve promover uma melhor articulação entre as suas unidades orgânicas, nomeadamente entre a DSP e as DSCG, a fim de assegurar uma melhor programação e evitar a existência de informação e dados não coincidentes, com eventuais consequências até na contabilização da APD.	IPAD/Direcção		
15. O IPAD deve promover uma articulação mais estreita entre a DSCG II, a	IPAD/DSP	Aceite	A DSP está disponível para contribuir para uma melhor articulação.

⁷ Serviço ao qual se destina a recomendação

⁸ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

⁹ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.



IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁷	ACEITE OU REJEITADA ⁸	EXPLICAÇÃO ⁹
DSP e a DSCG I, no sentido de assegurar que as intervenções da Sociedade Civil se enquadram nas prioridades do respectivo país.			
	IPAD/DSCGI	Aceite	Os pareceres da CGI na apreciação das candidaturas da Sociedade Civil procuram identificar e aproveitar complementaridades. Prepara-se, este ano, a realização de actividades conjuntas na região de Bafatá. Maior coerência das acções da Sociedade Civil com as prioridades do PIC e cooperação institucional dependerá de orientações a montante, no momento da escolha temática dos concursos DASC.
	DASC	Rejeitada	<p>Os critérios de apoio aos projectos das ONGD são vários e diversos e onde se inclui as prioridades do respectivo país, pelo que a individualização de um critério em detrimento dos demais não dá uma visão completa do quadro de trabalho.</p> <p>Associado às prioridades fixadas para o sector da Sociedade Civil, o apoio efectuado aos projectos das ONGD estão sujeitos a uma grelha de análise que contém 5 critérios (Relevância, Sustentabilidade, Metodologia, Eficácia, Capacidade Financeira e Operacional).</p> <p>No que diz respeito à operacionalização do critério geográfico, que concorre para a apreciação do critério da Relevância, a DASC segue os Pareceres da DSP, CGI e II e Embaixadas.</p> <p>Assim, os projectos das ONGD são <u>todos</u> financiados no quadro da combinação das prioridades da Cooperação Portuguesa no</p>



IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL⁷	ACEITE OU REJEITADA⁸	EXPLICAÇÃO⁹
			âmbito do relacionamento com o sector da Sociedade Civil e que não se restringem ao âmbito geográfico.
16. A Embaixada e o IPAD devem garantir a articulação com os outros doadores e, nomeadamente, promover uma maior articulação com a Delegação da Comissão Europeia, assegurando a necessária complementaridade.	Embaixada de Portugal em Bissau IPAD/DSP		

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²
Área da Justiça			
17. Esta área é muito importante para a estabilidade e desenvolvimento da Guiné-Bissau, pelo que exige uma abordagem estruturante e mais transversal, devendo continuar a ser assumida como uma área prioritária no próximo PIC.	MJ/DGPJ		
18. A intervenção nesta área deve continuar a apostar no domínio dos registos/notariado, dadas as grandes carências que se continuam a verificar e as repercussões ao nível da credibilidade dos documentos, nomeadamente com consequências na mobilidade dos cidadãos. Deve apostar também nos Serviços Prisionais e na Formação de Magistrados.	MJ/DGPJ		
	IPAD/CGI	Aceite	O Programa Justiça tem abrangido os Registos e Notariado, Serviços Prisionais, Magistraturas (com apoio complementar entre 2009 e 2010 através de contribuição consignada à UNODC) e Investigação Criminal, áreas que deverão manter-se em 2011.
19. Identificar a possibilidade de alargamento da intervenção da Polícia Judiciária ao interior da Guiné-Bissau.	MJ/DGPJ		
Área das Finanças Públicas (PICATFin)			

¹⁰ Serviço ao qual se destina a recomendação

¹¹ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

¹² No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.



IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹⁰	ACEITE OU REJEITADA¹¹	EXPLICAÇÃO¹²
<p>20. Constatou-se uma grande dispersão nesta intervenção, pelo que se recomenda concentração nas áreas mais prioritárias.</p>	MFAP/GPEARl	Rejeitada	<p>A intervenção do MFAP, no âmbito do PICATFin com a Guiné-Bissau, é toda ela nas áreas de conhecimento e experiência do MFAP.</p> <p>As áreas de intervenção que constam do Programa de Cooperação foram identificadas por técnicos de ambos os lados e naturalmente consideradas prioritárias.</p> <p><u>Sugestão:</u></p> <p>Alterar o texto da recomendação 20 para: <i>“Constatou-se que o Programa de Finanças Públicas da Guiné-Bissau tem um expressivo número de áreas, o que dificulta a sua execução, pelo que se recomenda a concentração nas áreas mais prioritárias”.</i></p>
<p>21. No âmbito da cooperação no domínio orçamental, é necessário clarificação em relação ao Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas (SIGFIP) que apoia a preparação e execução orçamental e a elaboração da Conta, que se baseia na metodologia adoptada pelos países da UEMOA. Pode eventualmente não se justificar a intervenção da Cooperação Portuguesa dado o facto de a Guiné-Bissau seguir um modelo diferente do português.</p>	MFAP/GPEARl	Rejeitada	<p>O SIGFIP a que se refere a recomendação é uma ferramenta informática.</p> <p>A preparação e execução orçamentais e a elaboração da conta geral do estado são instrumentos e procedimentos baseadas em normas internacionais que todos os estados devem ou deveriam observar.</p> <p>Como está formulada a recomendação não faz sentido.</p> <p>O que se fez e continuará certamente a fazer é executar as acções no domínio do orçamento sem qualquer sobreposição com outras iniciativas já no terreno.</p>

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²
			<u>Sugestão:</u> Alterar a última frase do texto da recomendação 21 para: “A intervenção da Cooperação portuguesa deverá estar em estreita articulação com a metodologia adoptada pela Guiné-Bissau”
Área da Cooperação Técnico-Militar			
22. A Cooperação Portuguesa deve apoiar o sistema de recrutamento e mobilização dos militares para promover uma maior profissionalização das Forças Armadas Guineenses e assegurar uma maior estabilidade do país.	MDN/DGPDN	Aceite	Implementação de um sistema de selecção nacional que permita a escolha para recrutamento de elementos desejavelmente com maior nível de formação escolar. Apoio ao estabelecimento de prioridades de formação nas várias áreas técnicas.
23. O processo de desmobilização dos antigos combatentes é essencial para a estabilização social do país, pelo que deve ser apoiado pela Cooperação Portuguesa, defendendo junto das instâncias internacionais a importância de assegurar um fundo internacional para financiar este processo.	MDN/DGPDN	Não aceite	Os esforços de âmbito internacional no sentido de promover ajudas financeiras não deverão ser desenvolvidos pelo MDN. No entanto, poderá ser equacionado o contributo da CTM sob a forma de aconselhamento, definição de linhas orientadoras e escrutínio dos casos de desmobilizados ainda passíveis de integração no mercado de trabalho, de acordo com valências que se tornem úteis por défice nacional. Poderão apontar-se, como exemplo, os militares com formação nas áreas de comunicações, manutenção auto e naval e construção civil e obras públicas, os quais serão sempre uma mais-valia em eventuais programas de formação profissional dirigidos a jovens.
24. O apoio da Cooperação Portuguesa à Reforma das Forças Armadas Guineenses deve ter em conta o envolvimento dos militares nesse	MDN/DGPDN	Aceite	Apoio coordenado à elaboração do quadro legislativo base da reforma

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹⁰	ACEITE OU REJEITADA¹¹	EXPLICAÇÃO¹²
processo, pois só assim se promoverá a respectiva apropriação.			
25. É necessário obter fundos adicionais junto de organizações multilaterais para a recuperação do Centro de Instrução Militar do Cumeré, em complementaridade com o trabalho da cooperação técnico-militar.	MDN/DGPDN	Não aceite	Os esforços de âmbito internacional no sentido de promover ajudas financeiras não deverão ser desenvolvidos pelo MDN. O MDN poderá, sim, posteriormente, colaborar na articulação dos trabalhos a desenvolver, no sentido de garantir a complementaridade das intervenções.
26. A cooperação técnico-militar e a Reforma do Sector da Segurança devem estar articuladas, pelo que a sua coordenação deve ser promovida internamente, por todos os intervenientes.	MDN/DGPDN	Aceite	Apoio coordenado à elaboração do quadro legislativo base da reforma.
27. Importante reforçar o apoio na área da Marinha Nacional.	MDN/DGPDN	Aceite	Apoio técnico e conceptual à estrutura superior da Marinha Nacional. Formação de quadros e especialistas navais.
Área Eleitoral			
28. Continuar a apoiar o programa de modernização e descentralização do sistema eleitoral através da aposta na formação nessas áreas.	MAI/DGAI	Aceite	O MAI/DGAI irá continuar a apoiar a reestruturação dos órgãos da administração eleitoral e estruturação e aperfeiçoamento das Unidades Orgânicas, central e local, vocacionadas para a organização, execução e apoio técnico em matéria eleitoral, tendo em vista a sua articulação e a melhoria, o aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho e funcionamento, bem como apoiar os processos de recenseamento e eleitorais no País.
	IPAD/CGI		Aguarda-se proposta para apoio às Eleições Autárquicas.

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰	ACEITE OU REJEITADA ¹¹	EXPLICAÇÃO ¹²
Área da Educação			
29. É urgente implementar a assessoria ao Ministério da Educação Guineense.	IPAD/CG I	Aceite.	Aguardava-se selecção de candidato com perfil adequado para esta assessoria, o que se mostrou um erro de planeamento uma vez que o perfil é demasiado complexo para um só elemento. Optou-se agora por clarificar sete áreas temáticas e respectivos responsáveis no PASEG II (Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação de Infância, Administração Escolar, Educação para a Cidadania, Alfabetização e Desenvolvimento Curricular) e reiterar ao MEN a disponibilidade destes AC para actividades de assessoria em cada uma destas áreas. Os responsáveis pelo EB e ES ocuparam mesmo um espaço físico junto do Gabinete do Ministro.
30. Rever a distribuição das bolsas internas de forma a poderem incluir outras escolas secundárias. Nesta revisão, deveria pensar-se na criação de uma comissão Portugal / Guiné-Bissau para a atribuição destas bolsas.	IPAD/CGI/NB	Aceite	Está previsto nos Regulamentos de Bolsas Internas assinados com cada um dos países, desde que estas sejam devidamente reconhecidas.
31. Transformar o mais possível as bolsas para licenciatura em Portugal em bolsas internas.	IPAD/CGI/NB	Aceite	A presente política de bolsas visa privilegiar as bolsas para estudos pós-graduados em Portugal e reduzir as de licenciatura, passando estas a ser integradas no Programa de Formação no país de origem. Presentemente somente dois países (Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe) possuem contingentes de bolsas para licenciatura no Programa de Formação em Portugal. Esta implementação originou um aumento no contingente de bolsas internas nalguns dos países.

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹⁰	ACEITE OU REJEITADA¹¹	EXPLICAÇÃO¹²
32. No alargamento do PASEG ao interior, ter em consideração a experiência adquirida pela FEC nas suas intervenções, evitando sobreposições e contribuindo para a complementaridade das intervenções da Cooperação Portuguesa.	IPAD/CGI	Aceite	A complementaridade entre os dois projectos foi tida em conta na escolha das regiões de expansão do PASEG II (Bafatá e Cacheú, onde a FEC tem desenvolvido a maior parte do seu trabalho no EB comunitário) e na metodologia de intervenção, com integração das mesmas equipas regionais de Inspectores Formadores das DRE que a FEC tem capacitado na implementação e acompanhamento das suas formações.
33. Dar maior visibilidade ao PASEG sem contudo prejudicar o foco nos seus objectivos principais.	IPAD/DSCGI	Aceite	O PASEG integra diversas medidas de reforço da visibilidade, com recurso a diferentes suportes (eventos, brochura de informação, spots televisivos, material promocional).
	Instituto Camões	Aceite	Integrar as acções que o Instituto Camões, através do Centro Cultural tem vindo a desenvolver no âmbito do PASEG.
34. Promover Bolsas de Estudo para licenciatura em Língua Portuguesa.	IPAD/CGI/NB		A definição das áreas de formação são da competência do país. No entanto, seja qual for a área, fica privilegiado o ensino em língua portuguesa. A competência nesta área é do Instituto Camões.
	Instituto Camões	Rejeitada	Esta formação já existe no terreno que é apoiada pelo Instituto Camões.
35. Apoiar a criação e implementação da Universidade Pública Amílcar Cabral, envolvendo a Faculdade de Direito de Bissau.	IPAD/CG I	Aceite	A disponibilidade para apoiar a criação desta Universidade, em processo participado pela FDB, tem sido reiterada pelo IPAD ao MEN. O próprio Protocolo do Projecto FDB integra essa preocupação. A iniciativa terá de partir das autoridades guineenses.

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹⁰	ACEITE OU REJEITADA¹¹	EXPLICAÇÃO¹²
	FDL		
36. Continuar a envidar esforços no sentido da sustentabilidade financeira e de gestão da Faculdade de Direito de Bissau.	IPAD/CG I	Aceite	O Projecto FDB para 2010-11 inclui uma redução de 5 para 3 elementos expatriados e a contratação de funcionários locais para a gestão da Secretaria, justamente neste sentido. Aguarda-se reforço da equipa de Doutorados da FDB para a transição das responsabilidades de Direcção Científica e Pedagógica e, eventualmente, de gestão.
	FDL		
Área do Desenvolvimento Rural			
37. Apesar das diferenças de filosofia de intervenção entre Quebo e PAIPA (o primeiro era fundamentalmente virado para a experimentação e o segundo com maiores preocupações ligadas com a questão da apropriação num contexto de segurança alimentar), poderia ser útil aproveitar alguns ensinamentos do Quebo.	IPAD/CGI	Rejeitada.	A prioridade da política agrícola na Guiné-Bissau é a segurança alimentar, que passa principalmente pela reintrodução da cultura do arroz, que pouco poderá beneficiar de investimento em investigação nesta altura.
38. Em relação ao Programa de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar, deve incluir-se uma vertente ligada à área da comercialização.	IPAD/CGI	Aceite.	Foi integrada desde 2010, com actividades e equipamentos de apoio ao agro-processamento, transporte e comercialização.

**IPAD**Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹⁰	ACEITE OU REJEITADA¹¹	EXPLICAÇÃO¹²
39. Devem ser criadas condições para que a assessoria ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Guiné-Bissau obtenha melhores resultados. Já foi realizado algum trabalho neste sentido. Ainda neste âmbito, preparar técnicos guineenses capazes de assegurar a coordenação dos diversos trabalhos de campo e de gestão, tendo em vista a apropriação.	IPAD/CGI MADRP	Aceite.	Conseguiu-se a designação de uma equipa de técnicos do MADR para coordenação conjunta e apoio ao acompanhamento do PAIPA no terreno. Pretende-se reforçar a formação destes técnicos e desenvolver capacidades no MADR para a replicação da metodologia PAIPA, apoiada numa sistematização dos instrumentos do Projecto que possa resultar num kit “chave na mão” para o desenvolvimento rural.

GUINÉ-BISSAU

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹³	ACEITE OU REJEITADA¹⁴	EXPLICAÇÃO¹⁵
40. A Guiné-Bissau deve fortalecer a Direcção-Geral de Cooperação para que esta possa promover e assegurar uma maior articulação entre todos os sectores guineenses.	Governo guineense		
41. O Estado guineense deve promover e assegurar um maior envolvimento no acompanhamento das intervenções da Cooperação Portuguesa, devendo assumir progressivamente, na medida do possível, alguns compromissos.	Governo guineense		

¹³ Serviço ao qual se destina a recomendação

¹⁴ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

¹⁵ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.



IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL¹³	ACEITE OU REJEITADA¹⁴	EXPLICAÇÃO¹⁵
42. O Estado guineense deve assegurar a aprovação e publicitação tão rápida quanto possível de toda a legislação produzida.	Governo guineense		